



Divisão Urbano Regional

**Diretoria de Geociência
Coordenação de Geografia
2013**

DIVISÃO URBANO-REGIONAL

Apresentação

Produto final do Projeto Regiões de Influência das Cidades (REGIC), publicado pelo IBGE em 2008, a *Divisão Urbano-Regional* constitui uma valiosa contribuição desta Instituição à análise da dinâmica territorial brasileira. Nesse sentido, a divulgação desse produto atualiza o compromisso da Diretoria de Geociências do IBGE e, em especial, de sua Coordenação de Geografia, em fornecer uma visão regional do Brasil a partir dos fluxos articulados por sua rede urbana.

Tal produto é indispensável ao planejamento das diferenças existentes no território nacional sendo, portanto, instrumento fundamental para uma federação de dimensões continentais que se debate continuamente entre o dilema de reduzir desigualdades sociais mantendo sua diversidade cultural, ambiental e econômica. Ele é, portanto, um instrumento técnico de valor estratégico para que a sociedade e o Estado possam pensar e atuar sobre o Brasil no mundo contemporâneo.

Tendo por base o arcabouço conceitual-metodológico desenvolvido no Projeto Regiões de Influência das Cidades (REGIC), (<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>), a Divisão Urbano-Regional se constitui em um recorte territorial em três diferentes níveis escalares que recobre todo o território nacional. Nesta divisão, cada região criada é contígua e cada município pertence a uma única unidade territorial. Uma especificidade inerente ao trabalho é a identificação de um município polo para cada região. Por ter como base a rede urbana, os seus limites não ficam restritos as fronteiras estaduais.

Nesse sentido, o desafio operacional enfrentado no presente trabalho prende-se à necessidade de compatibilizar os processos descontínuos existentes no espaço geográfico, representados pela dinâmica dos fluxos materiais e imateriais que o transpassam e os ajustes necessários para delimitar unidades regionais territorialmente contíguas, apesar de sujeitas a vinculações multidirecionais.

A identificação e delimitação dos novos desenhos regionais, aqui chamadas de Regiões de Articulação Urbana, encontram-se fortemente vinculadas à compreensão das transformações socioespaciais que ocorrem no país e também à maneira como se apreende essas transformações.

O novo quadro territorial surge, desse modo, com alterações significativas nos critérios de determinação regional - conjuntos regionais onde se privilegiou alguns aspectos diferenciadores e marcantes do território de forma a se obter um contorno de cada espaço regional. A contextualização das regiões foi construída assim, a partir de uma visão que combina o processo de urbanização e o processo de integração do mercado nacional, com o surgimento de estruturas verticais que estabelecem relações em rede e fortalecem cidades e aglomerações urbanas como elementos fundamentais de interconexão da gestão, da infra-estrutura e das atividades produtivas.

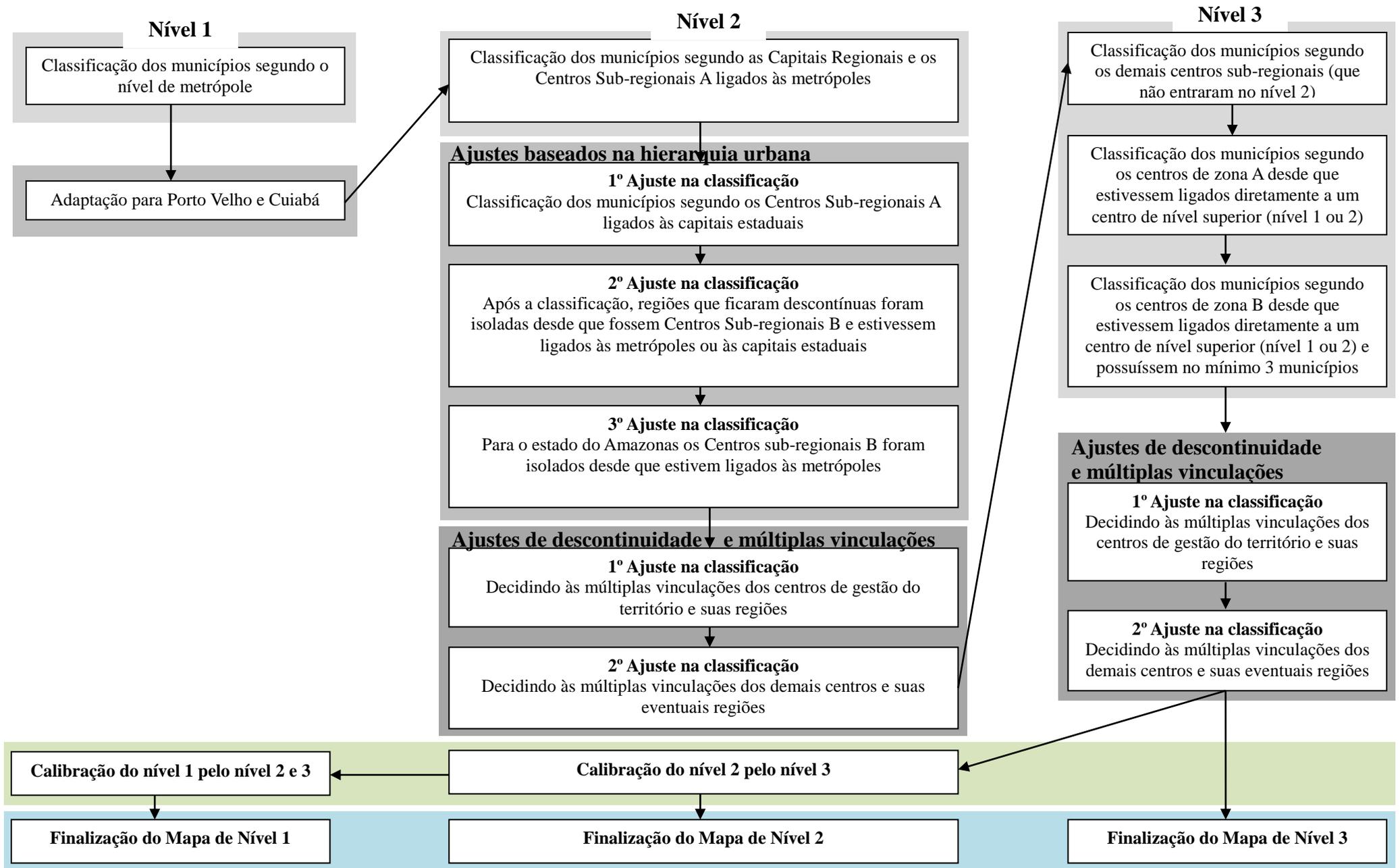
Todas as regiões identificadas são formadas a partir de uma cidade¹ que comanda a sua região, estabelecendo relacionamentos entre agentes e empresas nos respectivos territórios. O presente estudo identificou regiões em três escalas de referência, nomeadas como Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, Regiões Intermediárias de Articulação Urbana e Regiões Imediatas de Articulação Urbana.

As Regiões de Articulação Urbana são espaços pautados numa organização em rede, onde os centros de gestão do território e os fluxos determinam as vinculações e o arranjo regional. Porém, tais características apenas refletem processos históricos que se formaram pela interação entre vários atores e palcos, tais como: os domínios ecológicos; a população; as atividades agrícolas e industriais; os transportes e as atividades terciárias, e que, ainda que subjacentes nessa análise permitem uma visão da diversidade do país.

A seguir é apresentado o Fluxograma de Trabalho - detalhado no documento “Procedimentos Operacionais” - e breves comentários referentes aos três níveis escalares de articulação urbana do território brasileiro. No documento “Procedimento Operacionais” são apresentadas as escolhas metodológicas que conduziram as etapas do processo classificatório dos três níveis escalares, além de se apontar os casos específicos de intercessões espaciais encontradas antes de se elencar as exceções às regras estabelecidas no processo classificatório.

¹ Para os grandes conjuntos populacionais, a unidade de observação foi o da Área de Concentração de População - ACP. São ACPs: Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Teresina, Fortaleza, Juazeiro do Norte–Crato–Barbalha, Natal, João Pessoa, Campina Grande, Recife, Petrolina–Juazeiro, Maceió, Aracaju, Salvador, Feira de Santana, Ilhéus–Itabuna, Belo Horizonte, Ipatinga–Coronel Fabriciano–Timóteo, Juiz de Fora, Uberlândia, Vitória, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, Volta Redonda–Barra Mansa, São Paulo, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Curitiba, Londrina, Maringá, Florianópolis, Joinville, Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas–Rio Grande, Campo Grande, Cuiabá, Goiânia e Brasília (REGIC, 2008, p. 10).

Fluxograma de Trabalho



Três níveis escalares de articulação urbana do território brasileiro

Os resultados alcançados traduzem-se em três níveis escalares de articulação urbana do território brasileiro. O primeiro, refere-se às Regiões Ampliadas de Articulação Urbana (Figura 1), o segundo às Regiões Intermediárias de Articulação Urbana (Figura 2) e o terceiro às Regiões Imediatas de Articulação Urbana (Figuras 3).

Na escala mais abrangente foram identificadas 14 Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, que possuem o mérito de revelar no território nacional o protagonismo da geografia traçada pelos fluxos socioeconômicos no processo contínuo de estruturação do território nacional. Com efeito, estas 14 regiões expõe o comando das principais cidades sobre o território nacional, diluindo, desse modo, as fronteiras dos 26 estados e a do Distrito Federal.

A complementaridade socioeconômica necessária a um federalismo cooperativo está evidenciada, nesse nível macrorregional, pela força alcançada pelos principais centros urbanos regionais, como é o caso do comando de Fortaleza, Recife e Salvador, no Nordeste, de Porto Alegre e Curitiba, no Sul e de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, no Sudeste, de Manaus e Porto Velho no Norte e, até mesmo, Cuiabá no Centro-Oeste.

As 14 regiões identificadas nesse nível revelam a necessidade de ações de cooperação e complementaridade entre os estados brasileiros notadamente em relação a temas estratégicos ao Brasil, tais como os da expansão da malha viária, da integração de bacias hidrográficas, da articulação sul-americana, da ocupação das fronteiras terrestres e marítimas, assim como aqueles atinentes às adaptações necessárias à mudança climática, temas esses postos na agenda nacional e internacional na contemporaneidade.

A identificação de 161 Regiões Intermediárias de Articulação Urbana e de 482 Regiões Imediatas de Articulação Urbana remete à adoção de critérios e passos operacionais de classificação regional adotados sucessivamente e pautados em grande parte no número e direção dos fluxos materiais e imateriais que moldam o espaço geográfico na atualidade.

As Regiões Intermediárias de Articulação Urbana são resultado da subdivisão das regiões Ampliadas. Distinguem-se por possuir centros urbanos nos níveis de Capital regional A, B e C e, e Centro sub-regional A, formando regiões com centralidades medianas no conjunto da classificação e com população e área de tamanhos que variam conforme a localização.

Outro traço característico dos centros em questão é a capacidade de polarizar um número grande de municípios no atendimento a bens e serviços de alta complexidade. Concentram atividades de gestão pública e privada e articulam, na escala regional, órgãos e empresas privadas.

As 482 Regiões Imediatas de Articulação Urbana foram identificadas a partir da subdivisão das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana. São regiões formadas em torno dos Centros sub-regionais A, e B e dos Centros de zona A e B, de atuação abaixo dos de Capital regional e com

centralidades definidas, também, conforme a intensidade e presença de atividades e produtos de menor complexidade.

As Regiões Imediatas de Articulação Urbana possuem, de maneira geral, ligações que refletem a acessibilidade e capacidade em atender a demandas de amplitude mais restritas. As regiões deste nível refletem em grande parte a área vivida pela população e seu deslocamento cotidiano para fornecimento e busca de bens e serviços corriqueiros (como serviços de advocacia, contabilidade, oftalmologia, ortopedia e busca de bens como geladeiras, televisões e automóveis).

Figura 1 - Divisão Urbano Regional
Regiões Ampliadas de Articulação Urbana

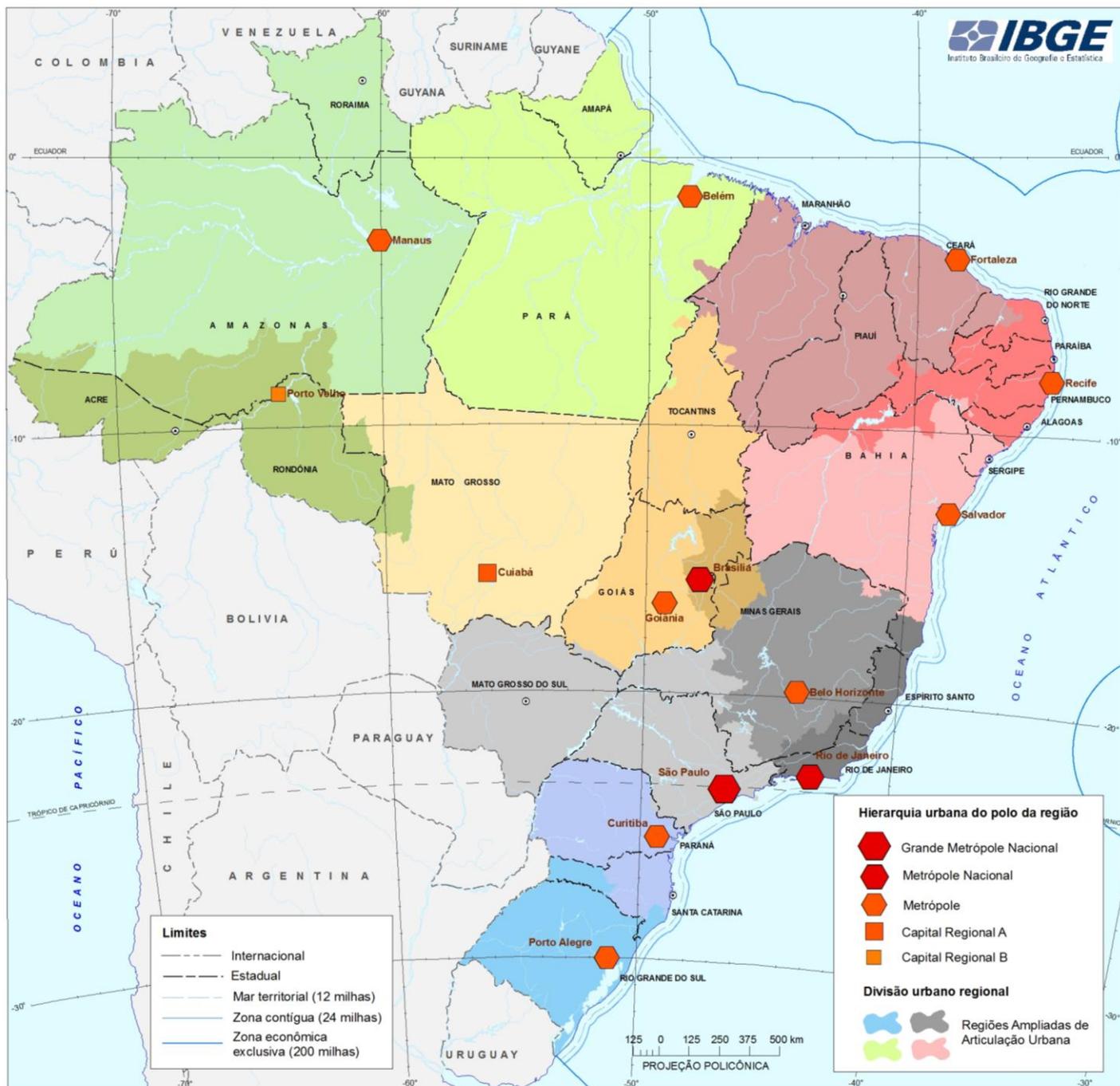
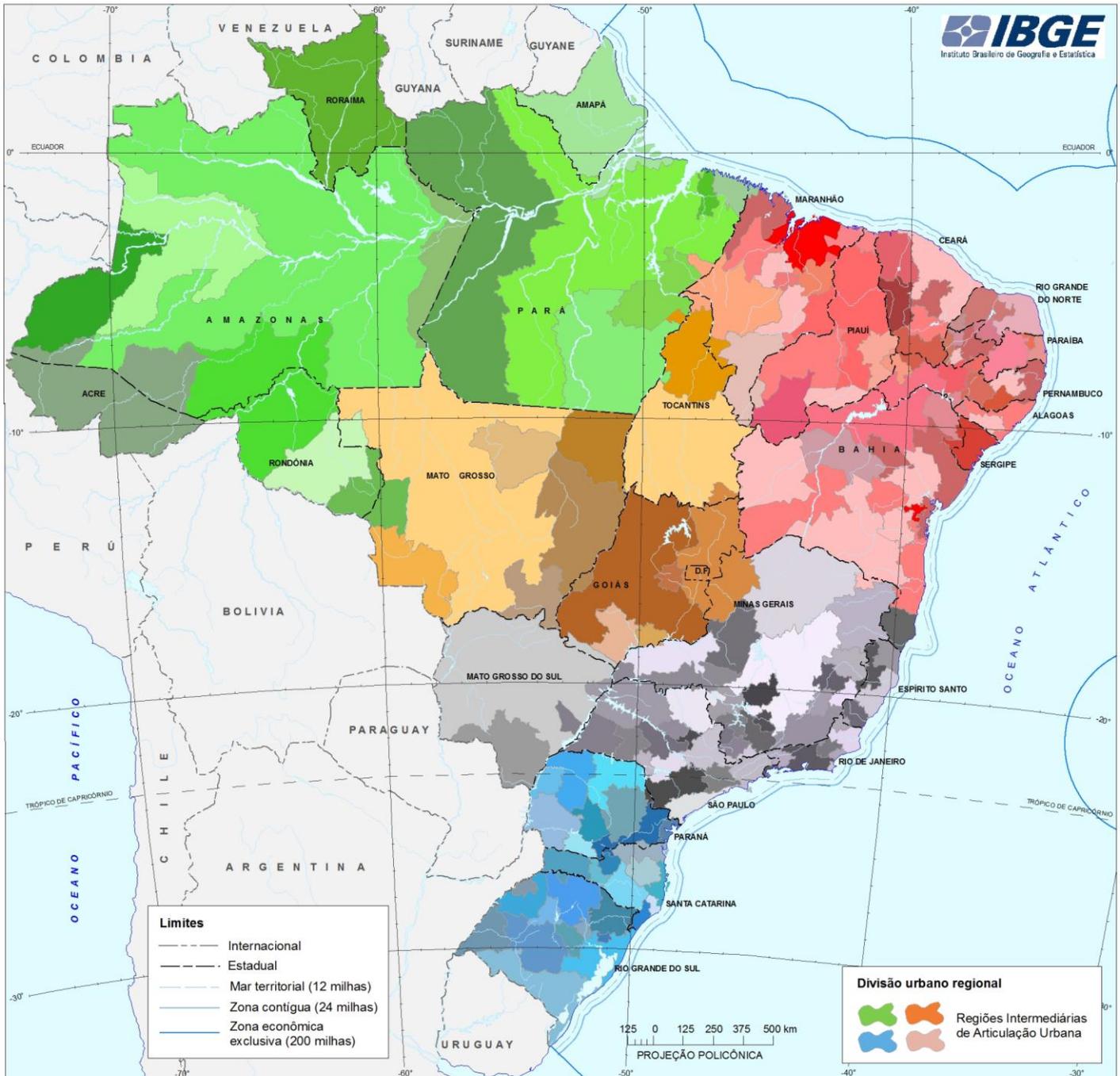


Figura 2 - Divisão Urbano Regional
Regiões Intermediárias de Articulação Urbana



Fonte: IBGE, Coordenação de Geografia.

